

Resenha: O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. São Paulo: Editora Vozes, 2017.

Esdras Soares da Silva*

Ciências e letras

Não são para ti;

Pretinho da Costa

Não é gente aqui.

Desculpa, meu caro amigo,

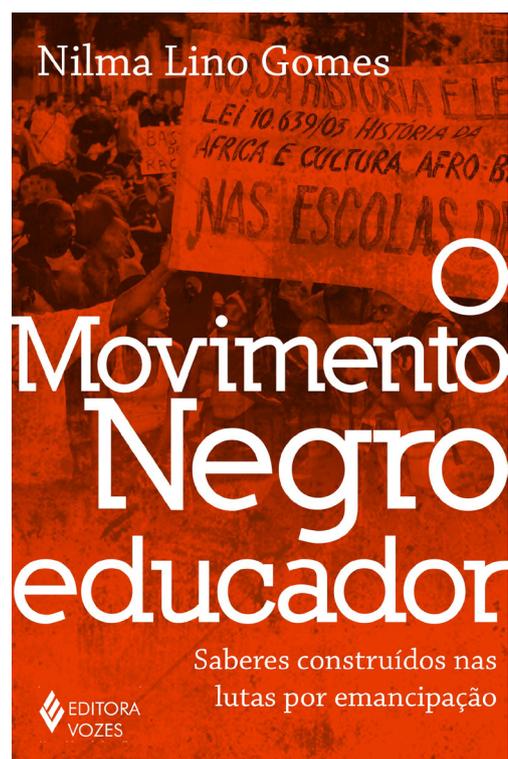
Eu nada te posso dar;

Na terra que rege o branco,

Nos privam té de pensar!...

Luiz Gama

* (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – Cenpec, São Paulo-SP)



Nilma Lino Gomes é professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), uma das maiores estudiosas das relações raciais no Brasil e autora de diversas obras sobre educação, com foco nas relações étnico-raciais e de gênero. Foi a primeira mulher negra brasileira a ocupar o posto de reitora de uma universidade federal, ao assumir o comando, entre 2013 e 2014, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Durante o governo Dilma, deixou o cargo para tomar posse, no início de 2015, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e, posteriormente, do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH)¹, em outubro de 2015, onde ficou até o ano seguinte.

A pesquisadora tem graduação em Pedagogia (UFMG), mestrado em Educação (UFMG) e doutorado em Antropologia

¹ A Seppir foi incorporada ao MMIRDH em outubro de 2015, que por sua vez foi extinto após o impeachment da presidente eleita Dilma Rousseff, sob a gestão de Michel Temer, em 2016. Foi recriado pelo mesmo governo, no ano seguinte, com o nome de Ministério dos Direitos Humanos. Em 2019, no governo de Jair Bolsonaro, foi transformado em Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sob o comando de Damares Alves.

Social (USP). Em 2006, fez seu primeiro pós-doutorado² na Universidade de Coimbra, em Portugal, sob a supervisão do sociólogo Boaventura de Sousa Santos. A partir dessa investigação, junto a pesquisas e reflexões acumuladas nos anos seguintes, surgiu a versão atualizada do estudo teórico de seu pós-doutorado, o livro *O MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR: SABERES CONSTRUÍDOS NAS LUTAS POR EMANCIPAÇÃO*, publicado pela Editora Vozes no final de 2017.

Como o próprio título adianta, a obra discorre sobre o caráter educador do Movimento Negro, “que constrói, sistematiza, articula saberes emancipatórios produzidos pela população negra ao longo da história social, política, cultural e educacional brasileira” (p. 24). Para isso, a pesquisadora elege o campo da educação como primordial em sua análise “devido ao fato de ser um direito social, arduamente conquistado pelos grupos não hegemônicos do Brasil e que durante muito tempo foi sistematicamente negado aos negros e às negras brasileiros” (p. 24).

A autora inicia destacando a luta histórica da população negra brasileira por educação. Em uma abordagem que considera acontecimentos e experiências centrais, concentra suas reflexões a partir da transição do século XIX para o XX, para contemplar dois grandes eventos históricos: a Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889). Para a população negra no contexto de pós-abolição, a luta por educação tornou-se uma prioridade, já que o analfabetismo era um dos principais obstáculos para a colocação no mercado de trabalho. Também destaca a atuação da imprensa negra paulista, atuante desde o início do século XX até meados dos anos 1960, que rompeu com o imaginário racista de inferioridade intelectual das pessoas negras. Por meio de seu papel educativo e politizador, essa imprensa se preocupava em conquistar espaços, com destaque para os educativos, em uma sociedade essencialmente racista.

Nilma ainda passa por importantes organizações, como a Frente Negra Brasileira (1931-1937), o Teatro Experimental do Negro (1944-1968) de Abdias do Nascimento e o Movimento Negro Unificado (1978), ainda atuante. Pleiteia que, após a Constituição de 1988, o Movimento Negro se organiza ainda mais em torno da educação e é a partir dos anos 1990 que deixa um pouco de lado um discurso mais universal em relação ao acesso à educação e coloca em jogo propostas mais radicais, como as ações afirmativas. Assim, a partir desse período, supera sua fase de denúncia e aponta para a necessidade de elaboração de políticas públicas que promovam a equidade racial.

² Em 2017, Nilma realiza seu segundo pós-doutorado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

É a partir de então que se conquistam mudanças na máquina pública, como a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)³, em 2003, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secadi), em 2004, e a adoção das cotas raciais para ingresso nas universidades. Nesse mesmo momento foi sancionada a Lei 10.639, de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira em todas as escolas brasileiras, públicas e particulares. É atualizada em 2008, por meio da Lei 11.645, incluindo a temática indígena. A promulgação dessa lei educacional é celebrada por especialistas e militantes como a mais importante do universo das relações étnico-raciais no Brasil.

Para avançar nas suas reflexões e proposições, continuando na esteira de destaque do protagonismo político e educador de sujeitos negros, Nilma estabelece um diálogo com a experiência concreta da luta da população negra brasileira e com outros autores, sobretudo com as ferramentas teórico-críticas de Boaventura de Sousa Santos. A pesquisadora convoca alguns conceitos elaborados pelo acadêmico português, como a “sociologia das ausências e das emergências”. Para esse autor, a sociologia das ausências “consiste numa investigação que visa demonstrar que aquilo que não existe é, na realidade, ativamente produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não credível ao que existe” (p. 40-41); e a sociologia das emergências trata da “investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas. Ela amplia o presente, juntando ao real amplo as possibilidades e as expectativas futuras que ele comporta” (p. 41).

Assim, a autora coloca a atuação do Movimento Negro como protagonista na relação entre a população negra e o Estado, organizando e sistematizando saberes específicos. A questão colocada é que o campo da educação não reconhece os saberes elaborados por grupos sociais não hegemônicos, transformando-os em ausências, em inexistências. Em consonância com Boaventura, a pesquisadora propõe uma “mudança radical no campo do conhecimento” (p. 53) que auxilie na construção das “epistemologias do Sul”:

³ Esta Secretaria foi uma importante conquista do Movimento Negro por educação e esteve à frente de processos fundamentais da educação para as relações étnico-raciais. No entanto, foi extinta pelo governo de Jair Bolsonaro em 2019.

As epistemologias do Sul são o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão das muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizados. Essa supressão é resultado de um processo histórico de dominação epistemológica imposto pelo colonialismo. As epistemologias do Sul valorizam os saberes que resistiram com êxito a essa dominação e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos e práticas. A esse diálogo entre saberes Boaventura chama de ecologia de saberes (p. 54).

Essas epistemologias convocam a assunção de uma postura radical de confrontar os paradigmas, modelos fixos, valores estabelecidos e o próprio conhecimento. Nilma afirma que esse posicionamento é exatamente o que se encontra “nas ações e nos saberes emancipatórios produzidos e sistematizados pelo Movimento Negro”. Dessa forma, é possível superar o “pensamento abissal”, que apaga o conhecimento produzido fora do Norte do planeta e também os sujeitos que produzem esse conhecimento.

A autora discorre sobre os saberes historicamente sistematizados pelo Movimento Negro, que diferem do conhecimento científico canônico, mas que podem ser entendidos como “uma forma de conhecer o mundo, da produção de uma racionalidade marcada pela vivência da raça numa sociedade racializada desde o início da sua conformação social” (p. 67). Para a pesquisadora, esses saberes devem compor o cotidiano das instituições escolares, sobretudo após a aprovação da Lei 10.639, já mencionada anteriormente, e aponta que se trata de uma disputa, sobretudo na esfera dos currículos.

Com fins didáticos, Nilma divide esses saberes em três: identitários, políticos e estético-corpóreos. Os três se constroem de maneira articulada, mas guardam suas especificidades. De maneira geral, esses saberes dizem respeito às formas de ser, estar e intervir no mundo, por parte dos sujeitos negros, desde o período colonial. Para a autora, o Movimento Negro impulsionou o debate racial no país, trazendo a discussão para a vida daqueles que estão fora do ativismo e das discussões políticas. O resgate da questão estética enquanto ferramenta de luta, o orgulho de ser negro e a postura firme são as marcas da nova geração de jovens negros. Nilma também aponta a superação da visão exótica sobre o corpo negro e contra a valorização exacerbada da estética branca e europeia, em detrimento da negra e das não brancas.

A categoria cor tornou-se, então, importante e fundamental para se compreender a realidade social do país e hoje faz parte da agenda — mesmo que, por vezes, de forma lenta — de pesquisadores, organizações da sociedade civil e governos. O debate racial é colocado nas pesquisas, nas políticas públicas, na esfera do direito e nas universidades. É nesse momento histórico também, com a

consolidação das ações afirmativas, que jovens negros ocupam as universidades, “com outros saberes, outra forma de construir o conhecimento acadêmico e com outra trajetória de vida, bem diferentes do tipo ideal de estudante universitário hegemônico e idealizado em nosso país” (p. 114).

Nesse contexto, percebe-se que são os sujeitos negros que estão na linha de frente desses avanços e conquistas. Nilma destaca a atuação das mulheres negras nesse projeto emancipatório, por seu papel político e educador:

Denunciam a violência machista dentro do próprio Movimento Negro e demais movimentos sociais, nas relações domésticas, nas disputas internas; quer sejam no emprego, nos movimentos, nos sindicatos e nos partidos. Elas reeducam homens e mulheres negros, brancos, de outros pertencimentos étnico-raciais, e também elas mesmas (p. 73).

Na forma de considerações finais da obra, a autora destaca a escola como lugar de encontro da diferença e também da discriminação, então “O processo de emancipação e superação sociorracial nos desafia a construir uma ‘pedagogia da diversidade’ (de raça, de gênero, de idade, de culturas)” (p. 134). Dessa maneira, o livro é uma leitura necessária para o reconhecimento dos saberes sistematizados pelo Movimento Negro do Brasil e para aqueles que estão comprometidos com a equidade na educação e com descolonização do conhecimento, dos currículos e da escola. Para Boaventura de Sousa Santos, que assina o prefácio da obra, “os militantes e líderes dos movimentos, de que ela é um exemplo destacado, operam frequentemente a tradução intercultural entre o conhecimento nascido na luta e o conhecimento acadêmico, com vista a construir novas configurações cognitivas e políticas” (p. 11). Sem dúvida, a professora Nilma Lino Gomes é uma dessas personalidades e, desta vez, nos brinda com esta necessária e pertinente obra.

SOBRE O AUTOR:

Esdras Soares da Silva é mestrando em Letras pela Universidade de São Paulo (USP). Atua como técnico de projetos do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec).

E-mail: esdras.soares@cenpec.org.br

Recebido em: fevereiro de 2018

Aprovado em: abril de 2019